

O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PAULISTA: O CASO DO 8º GRUPO ESCOLAR DE CAMPINAS

Rosimeri da Silva Pereira¹

RESUMO

O debate travado no interior deste texto tem como ponto de partida a minha tese de doutoramento² defendida pela Faculdade de Educação – Unicamp, que cumpriu com propósito de elucidar a história da periferização dos primeiros grupos escolares inaugurados em Campinas –SP nos primórdios da República. Refiro-me neste caso a história das primeiras escolas primárias seriadas que passaram a funcionar nos bairros operários da Vila Industrial, Bonfim e Fundão – atual bairro da Ponte Preta. O objetivo aqui, entretanto, é o de apresentar a história de implantação e funcionamento do 8º grupo escolar de Campinas denominado – Grupo Escolar Dom João Nery considerado aqui como objeto da mais pura expressão da história da periferização dos grupos escolares em Campinas durante a primeira República.

Palavras-chave: Grupo escolar Dom João Nery; movimento urbano-industrial; periferização.

THE URBAN-INDUSTRIAL MOVEMENT AND THE ARRIVAL OF THE 8TH PRIMARY SCHOOL IN CAMPINAS (1932 – 1940)

ABSTRACT

The debate within this text takes as its starting point my doctoral thesis defended at the Faculty of Education - Unicamp, which complied with its purpose of elucidating the history of the peripheralization of the first primary schools in Campinas –SP in the early days of the Republic . I refer, in this case, to the history of the first graded primary schools which were established in the working class neighborhoods of Vila Industrial, Bonfim and Fundão – currently the Ponte Preta neighborhood. The purpose here, however , is to present the history of the implementation and operation of the 8th primary school in Campinas called – Primary School Dom João Nery, considered as an object of the purest expression of the history of the peripheralization of the primary schools in Campinas during the first Republic, as the urban- industrial movement faced great growth.

Keywords: Dom João Nery Primary School; urban-industrial movement; peripheralization

A crise da economia cafeeira e o movimento urbano-industrial da cidade de Campinas

Como bem adverte Lapa (1983), na obra *A Economia Cafeeira*, o fator urbano é momentaneamente espontâneo, como no caso do Vale do Paraíba e do Oeste de São Paulo, mas, pouco a pouco, passa a se associar à racionalidade dos empreendimentos – os sítios, por exemplo, são escolhidos em função do complexo cafeeiro – neste caso é preciso montar toda uma infraestrutura – viária, manufatureira, creditícia, comercial e de serviços em geral –, capaz de facilitar e viabilizar o projeto de recrutamento dos pequenos proprietários e, conseqüentemente, a mão de obra.

Assim, a cidade se desenvolveu numa estrutura agrária planejada como pré-requisito para a colonização, que, no decorrer do tempo, distribuiu-se ao longo dos leitos das vias férreas, oferecendo armazenamento de máquinas de beneficiar e de classificar o café, descaroçar o algodão e descascar o arroz (como é o caso da Fundação Lidgerwood e da Bierrenbach e Irmãos). Tal complexo urbano completava-se com a organização de escolas e, dentre elas, os Grupos Escolares, as farmácias, as igrejas, os bancos, os postos de saúde e as repartições públicas em geral.

À medida que o solo se esgotava, ocorria o fracionamento da grande propriedade, surgindo, em seu lugar, os sítios. Tal processo, possivelmente, oportunizou aos colonos detentores de renda o acesso à condição de pequenos proprietários e até de comerciantes (LAPA, 1983).

A variação das altas e moderadas margens de lucro durante a crise da economia cafeeira, estabelecida entre os anos de 1897 a 1908, nos possibilita observar o desdobramento do capital cafeeiro em múltiplas faces – tanto na estimulação do surgimento de uma agricultura produtora de alimentos quanto na garantia de instalação e funcionamento das estradas de ferro, bancos, grandes e pequenas indústrias, comércio, eletricidade e outros (CANO, 2007).

Em 1928, vale lembrar que no decorrer dos anos o interior paulista passa a representar pelo menos 30% da produção industrial do país e, pelo menos, 10% da indústria de transformação nacional. Nesse período, a cidade de Campinas se destacou como 2º polo mais importante do interior paulista, possuindo 325 estabelecimentos e empregando um total de 11.805 operários – o que corresponde à parcela de 8,5% do Estado. Com uma indústria têxtil expressiva, a cidade empregava uma margem de 5.262 operários, representando 44,6% do operariado da região.

A Primeira Guerra Mundial reduziu os níveis de exportação e importação, e o Estado de São Paulo assumiu a liderança nas relações comerciais periféricas da Nação, tendo em vista seu nível de desenvolvimento e diversificação industrial e agrícola³. Neste caso, os altos lucros acumulados durante essa guerra assegurou ao Estado sua acumulação industrial em relação às outras regiões do país, garantindo-lhe um grande passo no processo de conquista do mercado nacional. Entre 1900 e 1920, 80% da sua produção industrial escoava rumo ao mercado exterior, mas, entre os anos de 1920 e 1930, tal porcentagem foi reduzida em 30%, considerando as novas vinculações efetuadas junto ao mercado interno.⁴

A década de 1920 marcou, também, a aceleração do movimento do capitalismo monopolista com vistas à ampliação das suas bases. Assim, no Brasil, houve a incursão de investimentos estrangeiros diretos no setor industrial, especialmente no ramo de segmentos mais complexos como da química, metalurgia, transportes, etc., e na instalação de fábricas, montadoras ou até mesmo de simples representações comerciais.

Recuperada a economia após a crise de 1929 e acelerada a industrialização, a questão do emprego não constituiria problema maior: o emprego urbano cresceu a uma taxa média anual de 2,9% entre os anos de 1920 e 1940. São Paulo, nesse mesmo período, apresentou taxa de 4,5 e 4,8%. O crescimento médio anual da população brasileira passava de 1,5 para 2,3% e o Estado paulista avançava entre 2,3 e 2,4%, renunciando a forte expansão urbana que estava por vir (CANO, 2007).

Em que pesem as controvertidas cifras censitárias dos níveis de emprego agrícola, vale observar que este crescia em ritmo maior que o populacional. Para Cano (2007), o emprego urbano também teria taxa de crescimento superior à da população total e próxima da urbana, diferença que tendeu a diminuir com o passar dos anos.

Para Semeghini (1991), nos anos de 1920, a indústria paulista já produzia a grande maioria dos bens necessários à reprodução da força de trabalho do Estado: 70% dos

operários estavam vinculados aos ramos de produção de bens não duráveis, enquanto 26% produziam bens intermediários e somente 2% deles atuavam no ramo de produção de bens de capital e de consumo durável. Vale observar que a indústria têxtil se constituía no ramo mais importante dessa economia, seguido de produtos alimentares, vestuários, artefatos e tecidos. Neste período, o Estado paulista já concentrava quase 40% da produção industrial do país.

Entre os anos de 1900 /1920 não houve, em Campinas, uma implantação industrial de monta, mas, em contrapartida, a cidade prosseguiu com o crescimento ditado pelo aumento da população, pela urbanização e pela expansão ferroviária. No conjunto da indústria local, o parque manufatureiro crescia e se diferenciava garantindo-lhe a posição de um dos maiores polos fabris do Estado.

Estrutura Industrial em Campinas (1920)

QUADRO IX Estrutura Industrial em Campinas — 1920						
	Nº de Estab.	%	Nº de Oper.	%	Capital (em mil réis)	%
Indústrias rurais	22	24,2	757	26,4	2.805.500 ¹	16,4
Fabricação de máquinas	03	3,3	267	9,3	3.513.000	20,6
Produtos alimentares	05	5,5	19	0,6	71.000	0,4
Bebidas	06	6,6	144	5,0	1.464.000	8,6
Fumo	03	3,3	100	3,5	110.000	0,6
Metalúrgica	07	7,7	88	3,0	750.000	4,4
Têxtil	02	2,2	765	26,7	2.800.000	16,4
Móveis	07	7,7	60	2,1	88.000	0,5
Material de transportes	03	3,3	24	0,8	49.000	0,3
Sabão	02	2,2	112	3,9	250.000	1,4
Vestuário e calçados	05	5,5	103	3,6	3.705.000	21,7
Couros e peles	03	3,3	62	2,2	602.000	3,5
Tipografias	05	5,5	99	3,4	367.000	2,1
Madeira	03	3,3	120	4,2	348.000	2,0
Diversos	15	16,5	145	5,0	2.367.500	1,4
Total	91	100,0	2.865	100,0	17.061.000	100,0

Fonte: Semeghini (1991, p.77)

A estatística industrial local observou um avanço considerável entre os anos de 1920 e 1940, sobretudo no setor de bens de consumo (produtos alimentares⁵, bebidas, madeira e mobiliário, sabão, metalúrgica, couro e pele, materiais de construção, produtos químicos, papel e artes gráficas, vestuário e artefatos de fios e tecidos) o que implicou um expressivo crescimento do número de contratação de novos operários.

Os anos de 1920 e 1930 marcaram a implantação da fábrica de chapéus, além do crescimento do número de estabelecimentos de pequeno porte bem como o surgimento de atividades industriais em pequena escala até então inexistentes (vidros e louças, ladrilhos, mosaicos e instrumentos), estimulados pela legislação municipal que previa a isenção de impostos sobre indústrias e profissões e a cessão de terrenos. Desse modo, se em 1920 a estatística previa um número de 58 estabelecimentos no ramo da indústria de transformação, em 1930 esse número apresentou um aumento de aproximadamente 90% (SEMEGHINI, 1991).

Diante da crise cafeeira e acompanhada pelo surto da urbanização, a cidade de Campinas passou pela substituição do café investindo na sua recuperação econômica.

Desse modo, no campo da agricultura, alcançou a posição de 5º lugar no Estado na produção de laranjas, 4ª na de ovos, a 3ª na produção de leite, mandioca, milho e uva, a 2ª na produção de cana, algodão, batata e banana, além das aves.

A nova dinâmica socioespacial se estabelece e ascende na medida em que marca, historicamente, a transição das formas diretas de dominação oligárquica, para um controle estatal burocrático sob preceitos capitalistas que, a partir daquele momento, norteia a intensificação do processo de expansão urbana de Campinas (VITTE; CISOTTO; VILELA FILHO, 2010).

A fase de recuperação econômica da cidade de Campinas coincidiu com a crise de 1929, quando o capital do café foi utilizado na especulação imobiliária, gerando o desmembramento de fazendas de café, a abertura de novos loteamentos e obras de retilinização e alguns canais fluviais, com a construção de avenidas marginais em suas várzeas (idem, 2010).⁶

Com efeito, como alertam Borges e Rocha (2004), o capitalismo cria uma mobilidade que se legitima por meio da sua transformação, que, aliás, implica uma busca incessante pela produção da mais-valia. Desse modo, da produção artesanal à produção industrial, o capitalismo acaba por gerar as novas cidades e a sociedade industrial, que se reproduz numa diversidade de países, por meio das suas filiais, influenciando, imediatamente, o comportamento da vida social, forçando o movimento pela busca da formação escolarizada, por empregos diretos e indiretos gerados pela industrialização nascente, devido à sua falta na zona rural, acarretada sobremaneira pela mecanização e modernização da agricultura. É assim que a cidade e, neste caso, a produção urbana dos seus bairros periféricos, apresenta-se fortemente ligada à mobilidade centrada no trabalho, forçada ao desenvolvimento desigual e combinado, servindo de sustentação ao modelo econômico que lhe dera origem.

O contexto histórico da época gera inquietações e certos desafios como por exemplo expandir o número de escolas, a fim de elevar o nível da população visando integrar todos na comunhão nacional, no domínio de conhecimentos elementares, além de garantir o preceito da obrigatoriedade e da gratuidade escolar ao filho do trabalhador – o que de certo modo implicaria no atendimento de um maior número de crianças em idade escolar, na contratação de novos professores bem como na construção de novos prédios escolares.

A emergência do Bairro Bonfim e a implantação do Grupo Escolar Dom João Nery (1932) – atual Escola Estadual Dom João Nery

Se a cidade de Campinas, a partir de 1930, assumi um novo formato do ponto de vista sócio-espacial mediado sobretudo pelo adensamento da população, pelo incremento da produção material, dos meios de comunicação e transporte e do franco movimento de especulação imobiliária, os relatórios da prefeitura da cidade dão conta de advertir sobre as mazelas sociais desse período.

No relatório anual da Prefeitura, de 1927-1928, o engenheiro Roberto Bergallo, advertia sobre o rápido desenvolvimento da cidade, cuja expansão para bairros afastados e para além das extremidades das redes de águas e esgotos existentes, estava carecendo de medidas urgentes em relação ao seu abastecimento.

Ribeiro (2007) observa, em tal relatório, que os bairros do Bonfim, da Vila Industrial, da Ponte Preta, do Chapadão e do Parque Industrial eram áreas onde já havia um número significativo de construções, mas sem a menor infraestrutura básica necessária, a qual era, contudo, reivindicada constantemente por seus moradores.

O crescimento da população e a efetiva sedimentação das áreas comerciais do centro geraram não só um processo de valorização das propriedades ali instaladas, mas acabaram por forçar a população de menor renda a se instalar em áreas que iam crescendo com o estabelecimento de novas chácaras, residências, comércio, indústria, equipamentos de transporte público, entre outros.

No desenho urbano de Campinas, o primeiro bairro a se diferenciar do núcleo central foi o da Vila Industrial, já que este se estendia próximo a armazéns, estações, e oficinas das estradas de ferro. Desse modo, os bairros residenciais expandiam-se amparados pelo delineamento planejado pela Prefeitura que fixou os parâmetros para o arruamento, efetuando obras de infraestrutura, abrindo novas avenidas, alargando outras e, assim, acabou por definir novos bairros operários como é o caso do Bonfim que, desde o século XIX, abrigara fundições e indústrias metalúrgicas.

As análises realizadas sobre o processo de transformação do espaço urbano da cidade de Campinas⁷ também auxiliaram na compreensão do processo de surgimento e incremento dos bairros. O bairro operário do Bonfim, por exemplo, situado a Oeste da cidade, nasceu na área de uma das nascentes do córrego do Canal do Saneamento, que foi drenada e canalizada juntamente com toda a rede de drenagem da área central da cidade, – atual Avenida Orosimbo Maia.

O movimento de obras de transformação caminhou para estruturação de subúrbios, conectados entre si muito, embora seus moradores viessem, ao longo dos anos, queixando-se da falta de calçamento de um considerável número de ruas, da possibilidade de ampliação da rede de água e esgotos, da iluminação para os bairros mais longínquos, da construção de escolas.

Bonfim, bairro esquecido, é a frase que pronunciamos frequentemente, em tom de queixa e lamentação. [...] Nada fazemos entretanto para que seja lembrado. Aí estão os inúmeros problemas sem solução, por falta de uma providência por parte dos nossos governantes. Quem não tem queixa da precariedade do serviço de transportes no Bonfim? Os bondes, que circulavam em nº de 4, foram reduzidos e estão encostados, à espera do aumento das passagens, os “ônibus” não têm horários [...] O pontilhão da rua Governador Pedro de Toledo sobre a linha Férrea da Sorocabana, está necessitando de uma reforma [...], o grupo escolar D. João Nery, esse templo que é a menina dos olhos do Sr. Jaime dos Santos, está com os vidros das janelas e vitrux inteiramente partidos, pela ação de alguns molecões que bem merecem uma reprimenda [...]. (JORNAL DO BONFIM, 1955)⁸

E foi encravado nesse tempo/espaço histórico de transformações e supostas mudanças que, em 1932, o periférico bairro operário do Bonfim foi brindado pelo Diário Oficial de 1º de abril, desse mesmo ano, com o registro do recebimento do mais novo grupo escolar da cidade – o 8º Grupo Escolar, posteriormente denominado – Grupo Escolar Dom João Nery.

Sob a batuta do Senhor Governador Armando Salles de Oliveira, o lema educacional defendido pela administração paulista da época era o de tentar oferecer oportunidades iguais, independente das condições de nascimento, fortuna, residência, salvo a da capacidade biopsíquica, além de considerar o grande desafio da época – facilitar a expansão dos aparelhos de ensino rural e urbano sob uma nova ótica, a da tutela da educação social. Buscava-se o incremento de uma educação clínica, tanto médica quanto dentária, numa perspectiva higiênica e preventiva e, principalmente, de uma educação de ordem física.

“O ensino primario, até ha pouco tempo, reduzia-se á simples alphabetização e á aquisição dos fundamentos de toda a cultura: ler, escrever e contar. Hoje, o seu papel é mais social do que pedagogico.”

“...se essa função social e nacional é, em todos os paizes, uma das principaes finalidades do ensino commum, ella cresce de importancia quando se trata de um paiz novo, em formação, em que as differenças de niveis economicos e culturais, as distancias sociaes e geographicas e as correntes immigratorias tendem a diffcultar o processo de unificação nacional.”

(ANUÁRIO DO ENSINO, 1936, p.6-7)

Mas como garantir uma educação popular para os filhos daqueles que pouco a pouco ocupavam os bairros periféricos das cidades paulistas? A questão era tentar facilitar o mínimo de educação comum para todos. Nas palavras de governador Salles de Oliveira – o desafio se fazia na constituição de uma “educação única para todos”, portanto uma escola acessível e capaz de proporcionar as mesmas oportunidades para todos os indivíduos.

“o systema escolar ha de ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em commum para os alumnos de um e outro sexo e de accordo com as suas aptidões; unica para todos”.

(ANUÁRIO DO ENSINO, 1936, p.6-7)

Com base nos estudos realizados, podemos inferir que um dos problemas enfrentados pela comunidade escolar local era a da superlotação das salas de aula, que, conforme previa a orientação da Lei Estadual paulista, nº 5335 de 07/01/1932, havia fixado um mínimo 36 alunos por sala de aula, além de observar que nenhum estabelecimento de ensino poderia ter mais que duas classes com matrícula superior àquela e nenhuma inferior a 30. No caso do Grupo Escolar do Bonfim, observou-se o movimento médio de 11 classes, perfazendo um total de 523 matrículas – uma média de 40 alunos por sala de aula.

Se a cidade de Campinas, em 1936, observava uma população em idade escolar equivalente a 23.185 habitantes, servida por pelo menos 279 unidades escolares, o restante do país sofria com a desigual relação estabelecida entre o índice populacional e o número de escolas existentes (ANUÁRIO DO ENSINO, 1936 p.101-110).

Unidades politicas	População	Matricula geral	Porcentagem da matricula sobre a população
Rio Grande do Sul....	2.921.801	249.895	8,5%
São Paulo	6.322.604	488.646	7,7%
Rio de Janeiro.....	1.969.969	129.543	6,5%
Bahia	4.080.961	86.876	2,1%
Minas Geraes	7.342.106	396.769	5,3%
Districto Federal	1.625.824	166.644	10,0%

Estabelecido o número de 36 alunos por sala de aula, o governo paulista enfrentava o desafio de tentar garantir uma escola comum para todos, só que sob uma condição – salas de aula superlotadas, prédios improvisados e precários. Por causa disso é que reclamava um dos Delegados de Ensino da região de Campinas:

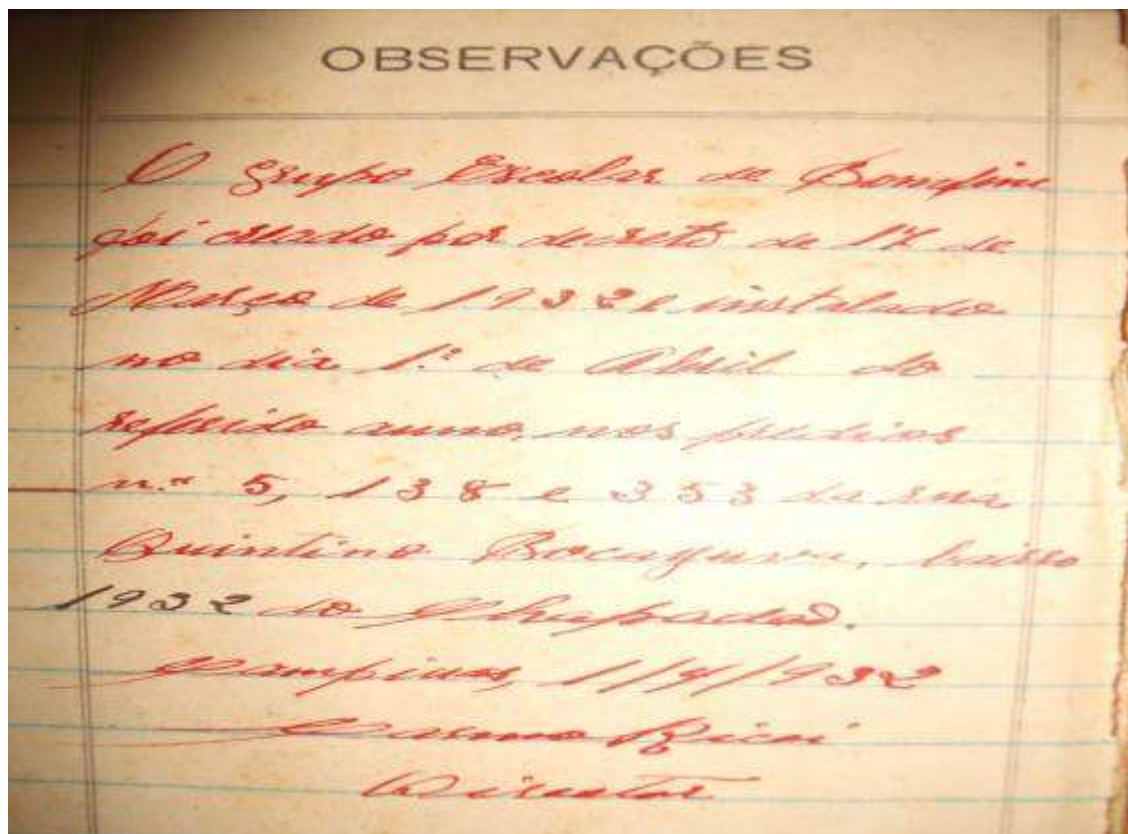
“Entre os problemas que de prompto reclamam atenção nos grupos escolares, destaca-se o relativo á installação.

Creio que já passamos da phase das improvisações. Não é possível continuar o velho costume da criação de grupos escolares começando pela nomeação dos professores, que são forçados depois a se localizarem em casas impróprias e muitas vezes em segundos ou terceiros periodos de grupos já existentes.

O inconveniente, ou melhor, o mal que isso causa ao ensino é possível verificar examinando o grupo escolar de S. Bernardo, nesta cidade, funcionando em dois periodos em duas salas isoladas; o do Cambuhy, encravado em dependencias da Escola Normal “Carlos Gomes”; o 2.º de S. João da Boa Vista, como 2.º periodo do “Cel. Joaquim José”, além de outros em velhos predios mal adaptados, onde a deficiencia de luz e ar vem motivando queixas dos paes e reparos pela imprensa”.

(Anuário do Ensino, 1936 p.128)

O que chama a atenção neste período é que, embora a concepção de grupo escolar fosse aquela que previa seu funcionamento num único prédio, o Grupo Escolar do Bonfim nasceu com um perfil diferenciado dos demais grupos existentes na cidade, já que suas atividades foram inauguradas em, pelo menos, 3 instalações dissociadas – portanto localizadas em diferente endereços comerciais, situados na rua Quintino Bocaiúva no nº 5, nº 138 e nº 353, segundo as anotações⁹ de seu primeiro diretor – o Sr. Carmo Ricci:



Fonte: Livro de Frequência de Funcionários –Arquivo: 8º Grupo Escolar.

A partir de 1940, o Grupo Escolar do Bonfim passou a funcionar numa nova edificação de ordem provisória (casa adaptada), localizada na Praça Isidoro Dias Lopes (Antiga Praça 3) nº 115, de propriedade do senhor Felício Maluf, também residente e domiciliado na mesma praça, no nº 9.

A alta demanda por vagas nesse bairro impôs a necessidade não só de alugar um novo imóvel, mas, sobretudo, de contratar novos professores, a fim de garantir o processo de abertura de novas classes – reconhecidas como classes de emergência que neste caso passam a funcionar em endereços diversificados, como se pode observar nos comunicados a seguir :

Ofício número 2 - Diretoria do grupo escolar Dom João Nery. Campinas, 15 de março de 1957. Sr. Delegado, Está diretoria tem o grato prazer de levar ao conhecimento de vossa senhoria que dando cumprimento do programa dessa Delegacia, de não deixar sem escola nenhuma criança em idade escolar, instalou no prédio [...] Próximo a esse grupo escolar as classes de emergência criadas nos termos do artigo segundo, da lei 3783 de 5 de fevereiro de 1957, sendo uma com exercício a 7 do corrente, sob a regência da professora Thereza Maria Silva e as outras com exercício a catorze de março sob a regência das professoras Alda Piovezani e Norma Aparecida Damasceno, todas substitutas efetivas deste estabelecimento. Alencar Pereira Almeida.(Diretor) – Livro de Correspondências (1957). Arquivo Grupo Escolar do Bonfim.

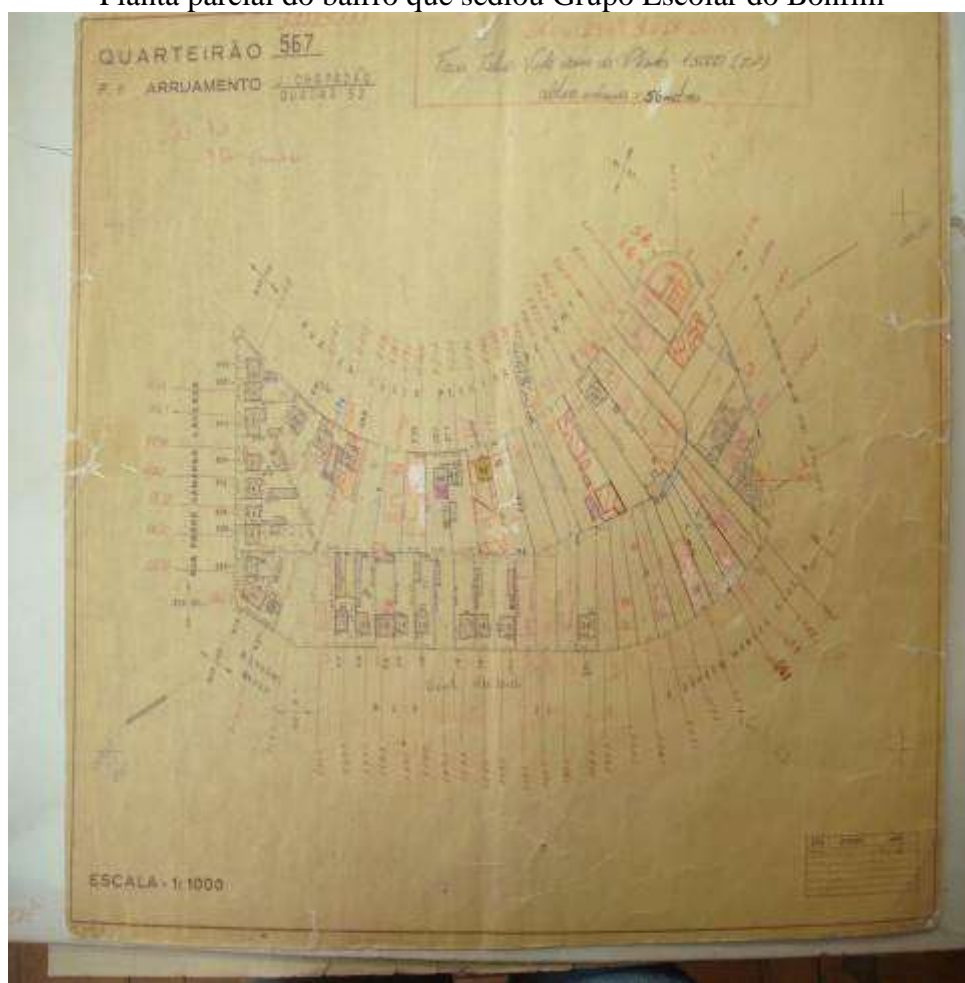
Ofício número 4 - Ofício encaminhado ao Sr. Direto Geral do Departamento de Administração da Secretária da Educação comunicando a posse e exercício das professoras Thereza Maria Silva, Norma

Damasceno e Alda Piovezani em classe de emergência criadas neste estabelecimento. A 1ª a 27/02 e as outras duas classes a 11/03, publicado a 12 de março. A professora Thereza Maria Silva iniciou o exercício a 7/03; e as professoras Normas Damasceno e Alda Piovezani a 14/03. (idem).

O Grupo Escolar do Bonfim recebeu sua sede definitiva somente na década dos anos de 1960, quando passou a funcionar na Rua Erasmo Braga nº 555, Jardim Chapadão, local onde permanece em atividade a Escola Estadual “Dom João Nery” até os dias atuais.

Numa área de aproximadamente 5.789 metros quadrados, a nova propriedade destinada a construção do edifício do grupo escolar do Bonfim foi fruto de doação da Prefeitura Municipal de Campinas à Fazenda do Estado de São Paulo autorizada pela decreto-lei 334 de 11 de junho de 1946. Vale lembrar que este terreno decorre do sistema do Plano de arruamentos e loteamento da antiga fazenda Chapadão de propriedade do Senhor Octaviano Alves de Lima e de sua esposa Ana Telles de Lima- localizado entre os terrenos da escola de Cadetes e do Ministério da Guerra.

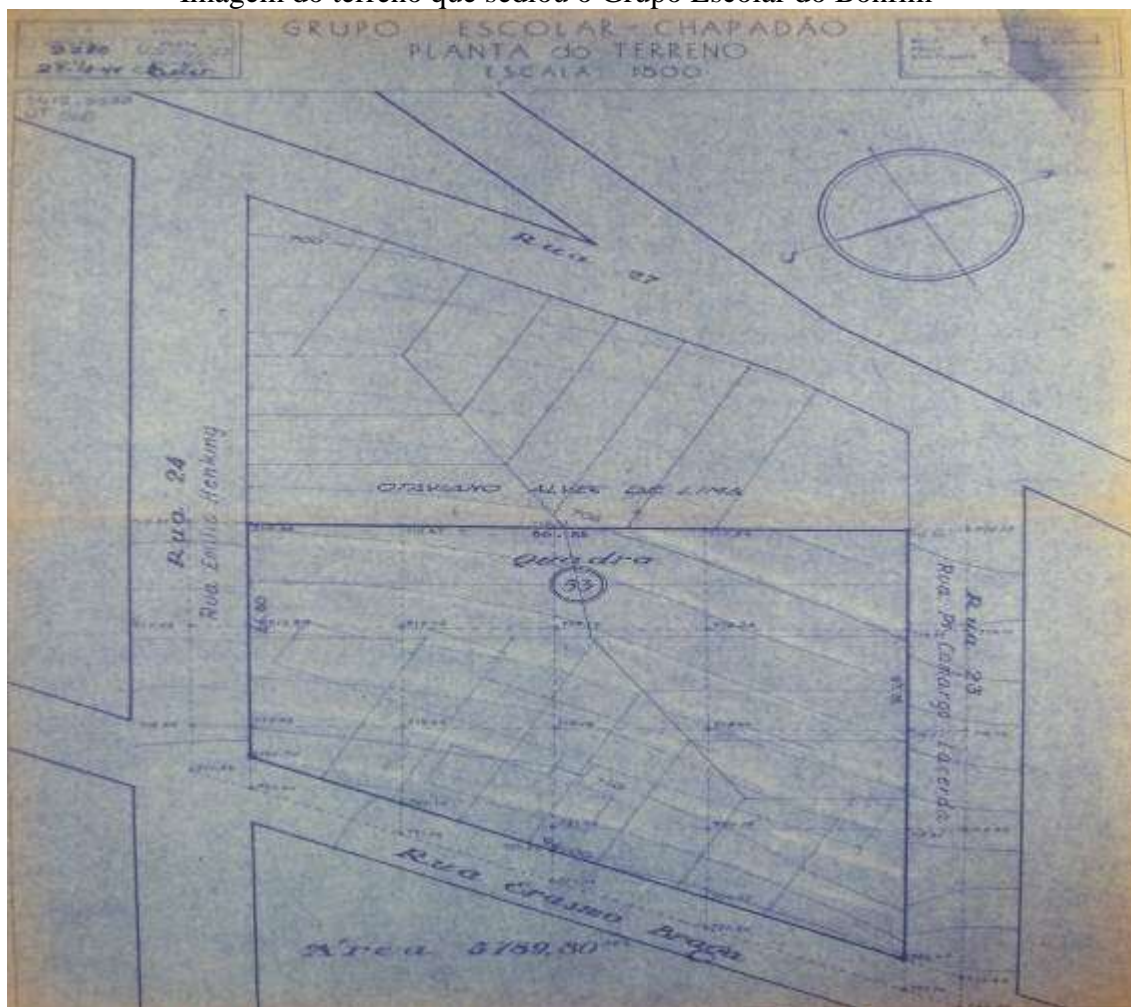
Planta parcial do bairro que sediou Grupo Escolar do Bonfim



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas

Conforme a figura anterior, situado na quadra de nº 53 do Bairro Bonfim, o terreno com formato trapezoidal (ver figura nº 00), remanescente da Fazenda Chapadão, sofreu um processo de permuta acordada entre a Prefeitura de Campinas e seus proprietários que, na troca, aceitaram a oferta de um terreno em aberto, sem benfeitorias, localizado num condomínio no bairro do Guanabara, cuja área total atingia os 7.744 m².

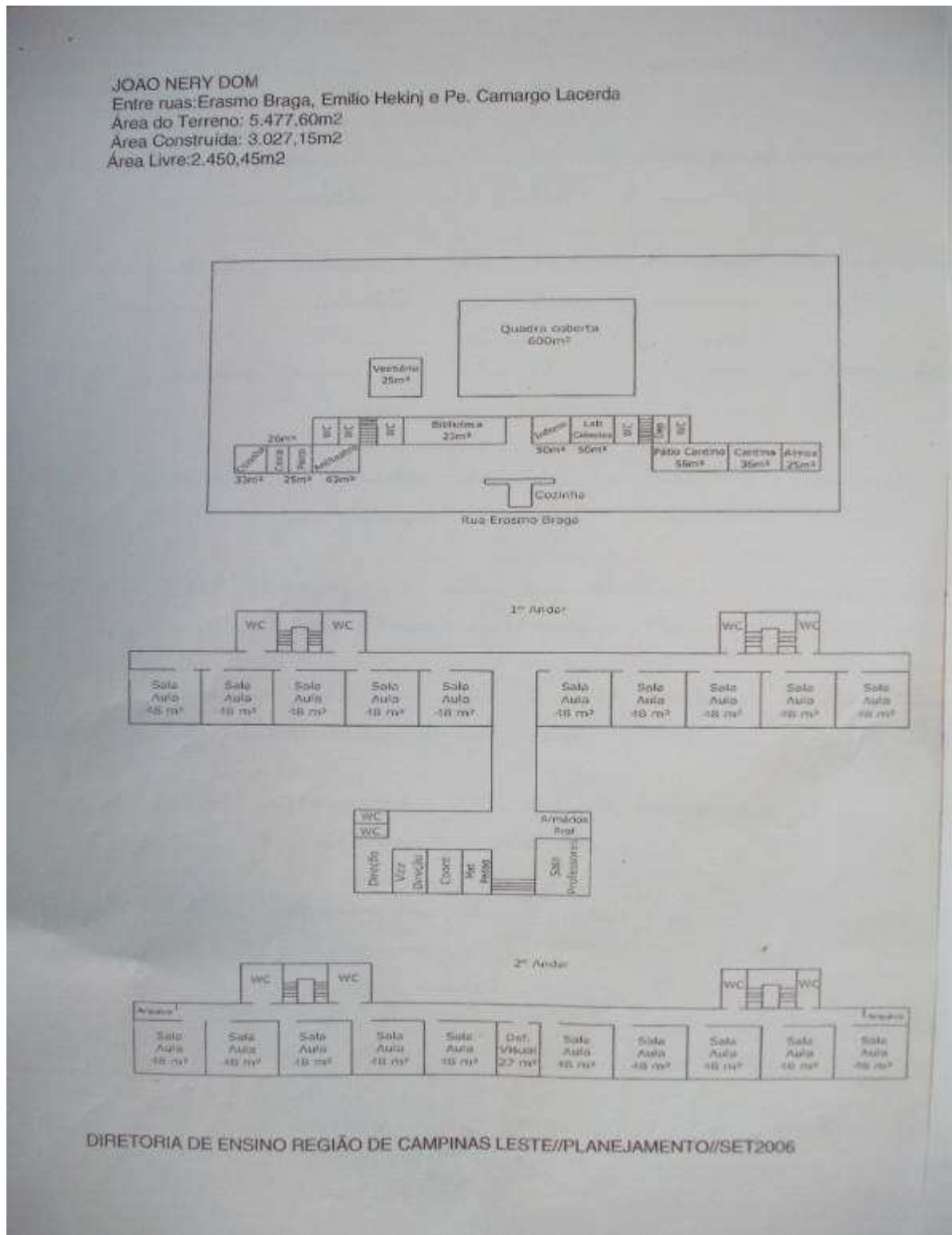
Imagem do terreno que sediou o Grupo Escolar do Bonfim



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas

A aquisição do terreno destinado ao Grupo Escolar do Bonfim ocorreu em junho de 1946, mas somente dezoito anos mais tarde a população local testemunhou a inauguração do mais novo prédio escolar da região. Sem muros capazes de garantir a guarda do prédio e o controle e a segurança de seus alunos, a nova propriedade, construída na perspectiva de dois andares, abrigava um total de 21 salas de aula, 1 sala de professores, 3 salas reservadas para a equipe gestora, um pequeno anfiteatro, 8 sanitários destinados ao uso de alunos(as), 1 biblioteca, além de um espaço destinado à construção de duas quadras de esporte, como podemos verificar nas imagens a seguir:

Planta Baixa do Grupo Escolar do Bairro Bonfim



Fonte: Grupo Escolar do bairro Bonfim

Imagem da Fachada do prédio – Grupo Escolar do Bonfim



Fonte: Arquivo Pessoal da autora (s/d)

Imagem da fachada do Fundo – Grupo Escolar do Bonfim



Fonte - Arquivo: Grupo Escolar do Bonfim (s/d)

Vista parcial da fachada do prédio – Grupo Escolar do Bonfim



Fonte: Arquivo Pessoal da autora (2010)

Pátio externo e vista parcial dos vestiários

Fachada da Biblioteca Escolar



Fonte: Arquivo Pessoal da autora (2010)

Uma outra fonte localizada na ampla massa documental do arquivo deste grupo escolar, trata-se dos livros de matrículas que preserva até os dias atuais a identificação dos egressos que frequentaram o grupo escolar do Bonfim entre os anos de 1954 e 1957. Tal

fonte nos possibilita perceber que a maioria dos alunos residentes daquela região – eram filhos de brasileiros. Por outro lado verifica-se também a presença de matrícula de alunos descendentes de italianos, argentinos, suíços, alemães, polonês, espanhóis, portugueses, chilenos e japoneses, ambos representantes do movimento de imigração que o país sofrera naquele período.

Se levarmos em consideração o reflexo do movimento imigratório na cidade de Campinas, facilmente compreenderemos tal determinação no interior das suas escolas bem como o papel que o Estado lhe prescreverá, sobretudo quando adverte sobre a função social e nacionalizadora que escola primária deverá desempenhar.

“...se essa função social e nacional é, em todos os países, uma das principais finalidades do ensino commum, ella cresce de importancia quando se trata de um país novo, em formação, em que as diferenças de níveis economicos e culturais, as distancias sociaes e geographicas e as correntes immigratorias tendem a diffcultar o processo de unificação nacional.”

Anuário do Ensino. (1936-1937, p.7)

Local: Rua Quintino Bocaiuva nº 115 – Bairro Bonfim.



Fonte: Arquivo Particular da profª Magda. (1954)

Figura 63: Imagem de uma classe mista no Grupo Escolar do Bonfim



Fonte: Arquivo Particular da prof^a Magda.

O grupo escolar do Bonfim acolhia uma maioria de alunos(as) pertencentes a uma classe social baixa¹⁰ (superior e inferior) – cujo trabalho desenvolvido pelos seus pais não exigia qualificação – refiro-me neste caso aos trabalhadores que desempenhavam funções como doméstica, servente, cozinheiro, lixeiro, guarda-noturno, viajante, carregador, verdureiro, capinador, mascate, sorveteiro, carroceiro, lenhador, ajudante de caminhão.

Se de um lado o grupo escolar do Bonfim atendia aos filhos daqueles que possivelmente eram analfabetos ou com baixa escolaridade por outro lado identificamos nos livros de matrícula um rol de trabalhadores identificados por ocupações manuais que exigiam uma certa qualificação como: marceneiro, pedreiro, comerciante, eletricitista, ferroviário, soldador, compressorista, operário da cia telefônica, calceteiro, servente de pedreiro, motorista, maquinista, condutor de bonde, cocheiro, pintor, caldeireiro, enfermeiro, guarda civil, escriturário, carpinteiro, chauffer, porteiro, panificador, tecelão, torneiro mecânico, furador, estucador, tratorista, tecelão, tapeceiro, chapeleiro, almoxarife, bilheteiro, tintureiro, lustrador, motorneiro, tintureiro, barbeiro, sapateiro.

Vale observar também uma minoria de pais de alunos pertencentes a classe média baixa como é o caso dos prestadores de serviço como escriturário, corretor de imóveis, militar, desenhista, criador de peixe e fotógrafo além daqueles que possivelmente detinham uma certa posse e que neste caso se inscreviam como negociante, avicultor, granjeiro, médico, protético, hoteleiro, comerciante, sitiante, quitandeiro, feirante, contador, lavrador, fazendeiro, gerente da Pedreira Brasil, e até mesmo um industrial. Um outro dado que merece destaque é a ausência de registros referente ao pais desempregados ou sem profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rol de profissões identificadas no livro de matrícula em análise permite-nos pensar na importância que ganha o trabalho diversificado e o emprego urbano em Campinas como uma necessidade básica de famílias que pretendessem garantir de um modo ou de outro a sua sobrevivência. O problema é que o sonho de ascensão social e de melhoria de vida nem sempre puderam ser alcançados.

O estudo da história de implantação e da lenta transformação que sofre o grupo escolar do Bonfim até 1960 facilita-nos na compreensão da luta enfrentada pelos moradores de um bairro constituído na sua maioria por trabalhadores operários na busca pela implementação de uma escola pública popular e de qualidade. Refiro-me neste caso às mazelas de uma escola em que os filhos dos trabalhadores foram matriculados, com salas de aula exíguas, com espaços limitados para circulação de professores e alunos, mal arejadas, com luminosidade escassa, desprovidas, de um certo conforto, que favorecesse o bem estar daqueles que ali conviviam.

Vale observar desse modo que não é somente a qualificação física de um prédio que determina efetivamente a qualidade do ensino já que tal processo depende de inúmeros fatores, mas neste caso não podemos negar que um ambiente agradável com condições físicas adequadas são elementos essenciais do processo de ensino e aprendizagem.

O ponto de partida que este estudo nos arremete é o de que podemos compreender as funções da escola, bem como as leis que orientam uma sociedade urbano-industrial nascente, desvelando a relação entre o funcionamento da escola e a produção da vida material estabelecida na sociedade da época, sabendo que a produção do conhecimento histórico tem como pressuposto fundamental a constatação de que o real é um complexo de múltiplas determinações, e tal constatação expõe o pesquisador diante do fato de que só se pode compreender o simples a partir do complexo, ou seja, da realidade mais desenvolvida – portanto, mais rica de determinações e que tal método consiste em um desafio que é de elevar o “concreto real” ao “concreto pensado”¹¹.

Acreditamos, portanto, que esse movimento, para entender o processo de relação parte/todo e/ou singular/universal, está implícito na definição de um referencial teórico-metodológico que se deseja imprimir no desenvolvimento, levantamento e tratamento das fontes expressas, a partir de um princípio metodológico de investigação que certamente é dialético, como demonstra Auras (2004, p.130):

[...] a especificidade do regional é, necessariamente, constituída na relação com o nacional e que este, por sua vez, é (ou deveria ser, no âmbito do conhecimento) expressão das especificidades dos vários regionais (o que possibilitaria, a meu ver, generalizações mais consistentes e condizentes com o processo histórico), num movimento evidenciador de conexões internas capazes de expressar, ao mesmo tempo, que o nacional é um todo estruturado e em estruturação, constituído e em constituição, e que, portanto, também ele se encontra em curso de desenvolvimento, em processo de autocriação [...].

Como bem explicita Hoff e Cardoso (2008) e Noronha (2002), a ciência da história nos permite captar as funções sociais da educação e da escola, ao mesmo tempo em que detecta pelo pensamento as leis que regem a sociedade, já que “a realidade objetiva existe de forma independente da consciência e que o pensamento busca apropriar-se dela como objeto de conhecimento”.

Captar as relações que se estabelecem entre o singular, o papel desenvolvido por uma instituição pública escolar, e o universal, as relações de produção, através da reconstrução da trajetória histórica da organização dos processos de trabalho no interior da

sociedade capitalista, e a transposição deste modo de produção para a escola pública moderna são questões desafiadoras que carecem de investigação. De qualquer modo, a forma escolar caracterizada nas práticas escolares é uma realidade transitória cujas causas e desenvolvimento é preciso estudar. Enfim, nós colocaremos a hipótese e será preciso verificá-la, que a realização da forma escolar capitalista é diretamente responsável pelas modalidades, segundo as quais, esta concorre para a reprodução das relações de produção capitalistas como bem destaca o professor Saviani (2005: p.32-33)

A possibilidade de trabalhar empiricamente a história da educação local, que significa a possibilidade de avançar na especificidade da educação regional, nos levaria, inevitavelmente, a iniciar a construção de um conhecimento histórico da educação, que é singular (local/regional), mas que também é parte integrante do nacional/do todo. Ao tratar do singular e do particular, estamos nos referindo aos acontecimentos regionais, mas como parte integrante de um todo, conforme bem pontua Alves (2001, p.164) ao verificar que os termos regional e nacional são expressões, embora em escalas diferentes, do singular – o universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, e o singular cinge-se ao *lócus* em que esse movimento se realiza: uma região, uma instituição educacional, a obra teórica e/ou prática de um educador etc. Portanto, universal e singular são suficientemente captados quando revelam essa indissociabilidade.

Sem desconsiderar o contexto das transformações políticas, econômicas e sociais do período e sem perder de vista o processo de implantação, as condições de funcionamento e o papel desempenhado por tal escola o nosso trabalho tenta evidenciar a história de um grupo escolar localizado num bairro periférico que de certo modo reflete, como condição da particularidade, a história do desenvolvimento desigual e combinado da própria sociedade de classe.

REFERENCIAS

ALVES, G. L. Nacional e regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados Mato-grossenses. In: *Educação no Brasil: história e historiografia / Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.)*. Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001.

_____. *O universal e o singular: em discussão a abordagem científica do regional*. In: ALVES, G. L. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003.

AURAS, M. Fontes e historiografia educacional brasileira: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M., et al (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

BITTENCOURT, L. C. *Riscando a cidade: cartografia histórica e desenho urbano de Campinas*. Campinas, SP: UNICAMP/Centro de Memória Publicações, Editora Arte Escrita, 2009.

BORGES, W.; ROCHA, M. M. *A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho*. In: Revista Geografia. Rio Claro, SP, set./dez. 2004. v. 29, n. 3, p. 383-400.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

HOFF, S.; CARDOSO, M. A. *A modernização da produção do mate e a criação de grupos escolares no Paraná*. In: VIII Jornada do HISTEDBR - História, pesquisa e movimentos sociais. São Carlos, SP: UFSCAR, 2008. v. 1. p. 1-19.

NORONHA, O. M. *Políticas Liberais, conhecimento e educação*. In: Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

PEREIRA, R. S. *A História do processo de periferização dos grupos escolares em Campinas*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. 2013.

RIBEIRO, D. S. *Campinas no Estado Novo: política de habitação popular na formação da cidade industrial*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

SEMEGHINI, U. C. *Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

VITT, A. C.; CISOTTO M. F.; VILELA FILHO, L. R. A. *Urbanização e a incorporação das várzeas ao espaço urbano de Campinas-SP*. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR. Revista Geografar. Curitiba jan./jun. 2010. v. 5, n. 1, p. 105-132.

SAVIANI, D. *Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas*. In: *Cadernos de História da Educação*. n. 4. jan./dez. 2005.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, C.; NASCIMENTO, Maria Isabel. (Orgs). *A escola pública no Brasil. História e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

Fontes Primárias diversas

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1936.

Decreto Lei nº 334 de 11 de junho de 1946. Disponível no arquivo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Campinas.

Lei Estadual nº 5335 de 07 de janeiro de 1932.

Jornal do bairro Bonfim (1955). Disponível no Centro de Memória da Unicamp

Fotos de alunos. Arquivos Particulares.

Livro de frequência de funcionários (1932) - Grupo Escolar Dom João Nery

Mapa de movimento escolar (1942) do Grupo escolar do Bonfim. Arquivo do Grupo Escolar Dom João Nery

Livro de matrícula dos alunos. (1957). Arquivo do Grupo escolar Dom João Nery.

Livro de Correspondências do Grupo escolar do Bonfim. Arquivo do Grupo escolar Dom João Nery.

Planta do terreno que sediou o 8º grupo escolar de Campinas. Disponível no arquivo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas.

Planta do Bairro Bonfim. Disponível no arquivo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas.

Planta baixa do 8º grupo escolar do bairro Bonfim. Arquivo do Grupo escolar Dom João Nery.

Notas

¹ Doutora em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro permanente do Grupo de Pesquisa HISTEDBR. Professora de Sociologia da Educação e Estágio Supervisionado da Universidade Federal do Amazonas. email: rosimerisp@yahoo.com.br.

² Esta pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

³ O período dos anos de 1905 a 1930, com exceção do café (92%), marcou um tempo de acelerado aumento de produção da agricultura paulista. Vale o destaque para produtos como: açúcar (238%), feijão (231%), milho (115%), arroz (589%), algodão (409%). (SEMEGHINI, 1991).

⁴ Vale lembrar que o setor de destaque da indústria eram os bens de consumo não duráveis, seguidos em menor proporção pelo de bens intermediários e pelo de bens de consumo durável e de capital, de reduzida expressão.

⁵ Diante da crise cafeeira e acompanhada pelo surto da urbanização, a cidade de Campinas passa assim pela substituição do café investindo na recuperação econômica alcança posição de 5º lugar na produção de laranja, 4º na de ovos e a 3º posição na produção de leite de todo o Estado.

⁶ Não podemos esquecer que o plano de modernização da cidade teve início com a liderança de Saturnino de Brito sob o ideário do movimento higienista, época marcada pelo surto de febre amarela que dizimou um expressivo número de habitantes na cidade de Campinas no final do século XIX.

⁷ Refiro-me aos estudos realizados por Semeghini (1991), Bittencourt (2009), Ribeiro (2007) e Vitte, Cisotto e Vilela Filho (2010).

⁸ Primeiro número publicado em janeiro de 1955. De circulação local, esse jornal destinava-se a defesa dos interesses do bairro Bonfim. Disponível na Hemeroteca do Centro de Memória da Unicamp.

⁹ A esse respeito ver Livro de Frequência de Funcionários. Arquivo do Grupo Escolar do Bonfim. (1932)

¹⁰ A respeito da constituição das classes sociais ver Borges e Rocha (2004).

¹¹ A respeito da produção do conhecimento histórico ver Noronha, (2002,p.22-24)

Recebido: julho/14 Aprovado: agosto/14